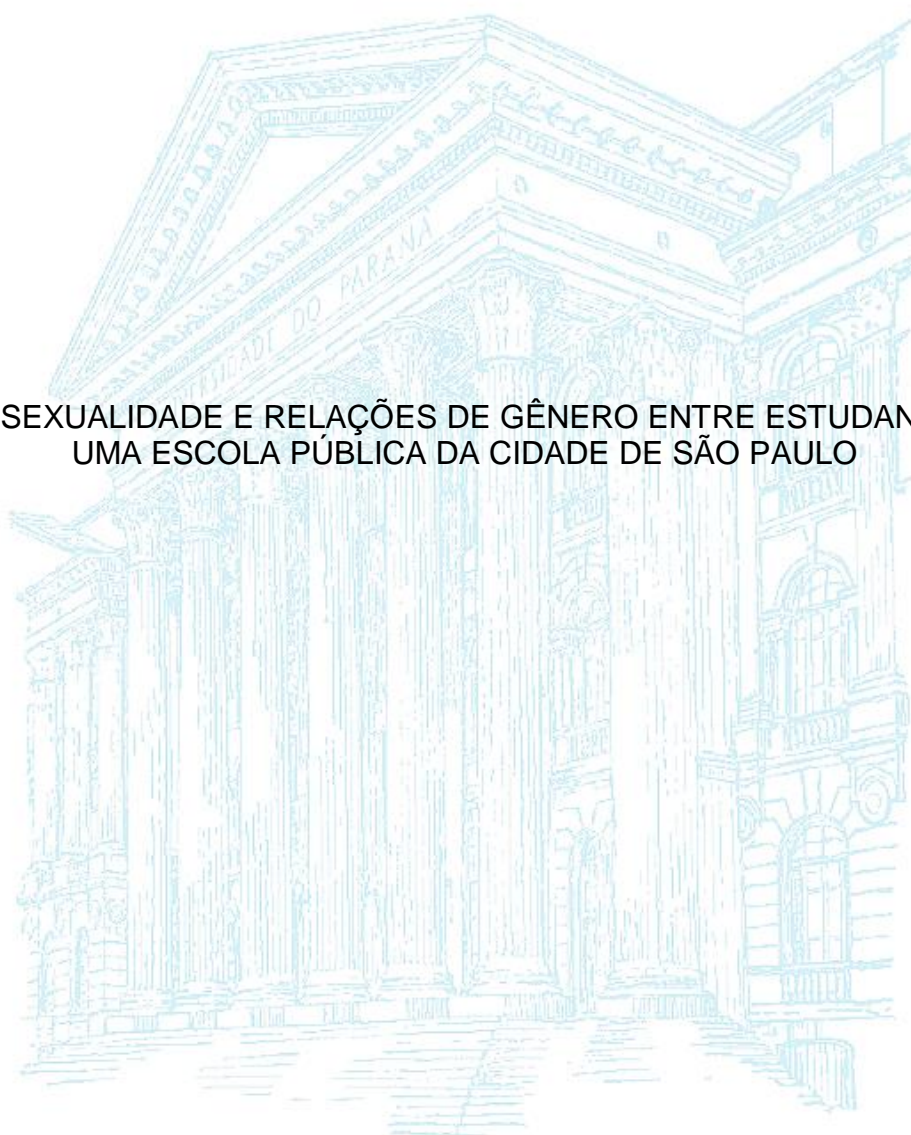


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VITOR MARQUES SANTOS

FUNK, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE ESTUDANTES DE
UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO



SÃO PAULO
2016

VITOR MARQUES SANTOS

FUNK, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE ESTUDANTES DE
UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. M.e Marcos Fernandes

SÃO PAULO
2016

FUNK, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Vitor Marques Santos¹; Marcos Fernandes²

¹Graduado em Ciências Sociais pela UFBA. Professor de Sociologia no Ensino Médio do Estado de São Paulo. E-mail: vitor_marquez@hotmail.com

²Graduado em História. Mestre em Estudos Literários. UFPR. E-mail: historiadormarcos@gmail.com

Resumo: Quem vivencia o cotidiano da escola percebe a alta incidência de conflitos associados à discriminação de gênero. Diante deste quadro, a escola não pode se omitir, mas elaborar estratégias de combate a esse fenômeno social. Este artigo se justifica, assim, pela necessidade de melhorar o ambiente escolar e desenvolver ações de respeito à diversidade, com foco nas relações de gênero. O tema gerador é o *funk*, escolhido pela riqueza de material para debate, por ser capaz de provocar a participação ativa de alunos e alunas e com o intuito de trazer essa discussão para a realidade de vida das(os) jovens, para algo que lhes é familiar. Foi realizada uma pesquisa-ação e a escolha do *funk* como estratégia de aproximação se mostrou eficaz. Houve ampla participação e todas(os) deram a sua opinião. Diversas questões foram levantadas e discutidas sob a perspectiva de gênero. A investigação reafirmou a necessidade de mais ações pedagógicas no sentido de despertar ou sedimentar nas(os) estudantes o olhar crítico sobre construções sociais naturalizadas.

Palavras-chave: desigualdade; escola; *funk*; gênero

Abstract: People living in the school routine realize the high incidence of conflicts related to gender discrimination. Given this situation, the school cannot be omitted, but develop strategies to combat this social phenomenon. This article is justified by the need to improve the school environment and develop actions of respect for diversity, focusing on gender relations. The mot is the funk, chosen by the wealth of material for debate, to be able to cause the active participation of students and in order to bring this discussion to the reality of young people's lives, for something that is familiar to them. An action research was performed and the choice of funk as pre-accession strategy has proven effective. There was broad participation and all issue their opinion. Several issues were raised and discussed from a gender perspective. Research reaffirmed the need for more educational activities for arouse or consolidate in students the critical view of naturalized social constructions.

Keywords: funk; gender; inequality; school

INTRODUÇÃO

Ao lado da família, a escola é o espaço onde continuamos desenvolvendo o nosso processo de socialização, aprendendo as normas e valores cultivados pela sociedade em que vivemos. Assim, a instituição exerce um papel fundamental na formação de novos atores da vida social.

Diante dessa responsabilidade, a escola não pode se furtar de acompanhar o que acontece dentro e fora dos seus muros, mas deve estar atenta aos fenômenos sociais e preparada para refletir e intervir sobre eles. A respeito disso, Gomes (2005, p.147) observa que:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. Dessa maneira, poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade. É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores.

A escola não deve ser encarada como apenas mais uma instituição burocrática, mas sim como um instrumento de formação e transformação social, como observa Luckesi (1994, p. 64):

Tanto a educação tradicional, denominada "bancária" – que visa apenas depositar informações sobre o aluno –, quanto a educação renovada – que pretenderia uma libertação psicológica individual – são domesticadoras, pois em nada contribuem para desvelar a realidade social de opressão. A educação libertadora, ao contrário, questiona concretamente a realidade das relações do homem com a natureza e com os outros homens, visando a uma transformação – daí ser uma educação crítica.

Quem vivencia o cotidiano escolar percebe a alta incidência de diálogos, brincadeiras e conflitos associados à discriminação de gênero, como machismo, misoginia e homofobia, e a urgência em discutir esses temas. Segundo a pesquisa “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar”, realizada em 2009 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), envolvendo alunas(os), professoras(es) e funcionários(as) de escolas públicas de todo o Brasil, 93,5% das(os) entrevistadas(os) têm preconceito de gênero (BRASIL, 2009).

Quanto à intensidade, o estudo avaliou que 38,2% têm mais preconceito com relação ao gênero em comparação com a geração (37,9%), portadoras(es) de necessidades especiais (32,4%), orientação sexual (26,1%) e com as diferenças socioeconômica (25,1%), étnico-racial (22,9%) e territorial (20,6%), e que o preconceito de gênero parte do homem para a mulher (BRASIL, 2009?).

Este artigo se justifica, então, pela necessidade de melhorar o ambiente escolar e desenvolver ações de respeito à diversidade, com foco nas relações de gênero. O tema gerador é o *funk*, escolhido pela riqueza de material para debate,

por ser capaz de provocar a participação ativa das(os) alunas(os) e com o intuito de trazer essa discussão para a realidade de vida das(os) jovens, para algo que lhes é familiar, ao mesmo tempo em que procura estimular o estranhamento e a desnaturalização que caracterizam as Ciências Sociais. A hipótese é a de que, não obstante a importância do *funk* na vida das(os) jovens, suas vivências e discursos sobre o ritmo não percebem ou questionam as desigualdades historicamente construídas entre homens e mulheres. Assim, a pergunta-problema é a seguinte: em que pese a estigmatização do *funk* como algo nocivo e subversivo aos padrões sociais vigentes, o ritmo pode representar mais um espaço de dominação e naturalização das diferenças de gênero?

Uma pesquisa realizada por Oliveira (2008, p. 3), utilizando como ferramenta a Análise Crítica do Discurso, investigou 24 letras de músicas produzidas pela terceira geração do movimento *funk* no Brasil. Esta fase, que se inicia a partir dos anos 2000, se caracteriza pela sensualidade e erotismo. De acordo com a autora, essa geração

[...] intitula-se, assumidamente erótica e vai trazer como slogan permanente a mulher em uma situação [sic] de deboche, de promiscuidade ou de inferioridade em relação ao homem. Ainda constatamos marcas nas estruturas das letras que mostram a representação das músicas como encontros amorosos onde o papel atribuído à mulher é sempre de pertencimento ao homem ou de produto de venda e de contemplação.

Como bem observam Bernardes, Carlos e Accorssi (2015, p. 355),

[...] o funk também se tornou uma atração comercial com exploração da mídia da música, da dança, do corpo da mulher e da erotização de crianças. Diante de tal quadro, feministas lideram críticas ao funk e à utilização de termos como “cachorras”, “popozudas”, “piranhas” e safadinha dentre outros que objetificam as mulheres.

No entanto, continuam as autoras, a objetificação do corpo feminino também ocorre em outros estilos musicais: “podemos lembrar que outros ritmos brasileiros incluem o erotismo tanto na letra da música como na dança. Esse erotismo está presente, por exemplo, tanto no axé quanto no próprio samba”. Mas, por que o *funk* é o mais criticado? Essa pergunta sugere uma razoável interseccionalidade entre categorias de análise como gênero, etnia, pobreza e território.

A categoria “gênero”, formulada nos anos 1970, é tributária do movimento feminista e seu diálogo com pesquisadoras de diversas áreas. Foi criada para diferenciar o plano biológico do plano social, a partir da ideia de que, não obstante existam machos e fêmeas na espécie humana, os comportamentos masculino e feminino são construções culturais. Assim, mulheres e homens não são determinadas(os) pelo sexo biológico, e sim pela realidade social (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES EM GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, 2009, p. 43).

Apesar de o movimento feminista não ter começado com Simone de Beauvoir (1908-1986), cabe destacar a importância desta filósofa nas discussões sobre gênero, particularmente em relação à desnaturalização do ser feminino, isto é, a feminilidade concebida como representação social. Em seu livro “O Segundo Sexo”, Beauvoir (1967, p. 9) resume essa questão em sua célebre frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Joan Scott, por seu turno, associa o conceito de gênero às relações de poder:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989, p.21).

Judith Butler, por sua vez, desconstrói a noção de sexo como algo determinado pela natureza e gênero como culturalmente construído e vai além, ao criticar a estrutura binária sexo/gênero. Para a autora, conceber o gênero (em oposição ao sexo) como algo culturalmente determinante da identidade supõe ainda o gênero como essência do sujeito. Nesse sentido, Butler propõe a superação de esquemas explicativos que pressupõem uma identidade fixa e essencial (como a de gênero) em favor de uma identidade instável, complexa, em constante devir (RODRIGUES, 2005, p. 181).

OBJETIVOS

Objetivo geral: contribuir para melhorar o ambiente escolar, especialmente no tocante à discriminação de gênero, através da desconstrução de percepções e discursos que reforcem a dominação e as diferenças de gênero, utilizando o *funk* como fio condutor do processo.

Objetivos específicos:

1. coletar impressões e discursos sobre o *funk* da parte estigmatizada pela sociedade: jovens da periferia para quem o ritmo é bastante familiar (ouvir o outro lado).
2. problematizar sobre como os discursos pró e contra o *funk* são construídos.
3. Identificar e questionar estereótipos presentes nos discursos, a partir de uma perspectiva de gênero.

METODOLOGIA

Este artigo adotará a metodologia qualitativa, ou seja, aquela que não se traduz ou converte em números. De acordo com Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p. 9),

Podemos partir do princípio de que a pesquisa qualitativa é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise.

Em que pese a possibilidade de as metodologias qualitativas e quantitativas serem associáveis na pesquisa científica, a ênfase aqui não é na objetividade, medição ou quantificação do objeto de estudo, mas exatamente na dimensão subjetiva/interpretativa dos fenômenos a serem observados, seu universo simbólico, visão de mundo e relações de poder em que estão envolvidos (CASSEL; SYMON, 1994 apud DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p. 10).

Como o propósito desta investigação se relaciona com a desconstrução de opiniões e discursos associados à discriminação de gênero, será desenvolvida uma pesquisa descritiva, cujo objetivo, segundo Gil (2008, p. 28), é:

[...] estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. [...] São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. [...] As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

Nesse sentido, será realizada uma pesquisa-ação, uma vez que se pretende reduzir os casos de discriminação de gênero e contribuir para melhorar o ambiente escolar. Conforme Thiollent (2011, p. 20), a pesquisa-ação é:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Sua utilização se justifica, em geral, quando o(a) pesquisador(a) não pretende se limitar à coleta e análise de dados, mas cooperar no desenvolvimento de ações concretas sobre a realidade observada. Aplicada no contexto educacional, auxilia na busca de soluções para questões práticas do cotidiano escolar.

Com a orientação metodológica da pesquisa-ação, os pesquisadores em educação estariam em condição de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive no nível pedagógico. Tal orientação contribuiria para o esclarecimento das microssituações escolares e para a definição de objetivos de ação pedagógica e de transformações mais abrangentes (THIOLLENT, 2011, p. 85).

Cabe aqui um breve esclarecimento acerca das diferenças entre pesquisa-ação e pesquisa participante, discussão ainda sem consenso entre as(os) autoras(es). Ainda que ambas sejam de tipo participativo, tudo o que é chamado de pesquisa participante é uma metodologia na qual o(a) pesquisador(a) estabelece relações com as(os) demais envolvidas(os) na situação investigada com o objetivo de ser melhor aceito por elas(es). Em alguns casos, trata-se de uma observação participante, cuja participação é especialmente do(a) pesquisador(a).

Por outro lado, a participação do(a) pesquisador(a) não é exatamente o que define a pesquisa-ação; embora ela(e) exerça um papel ativo no processo, é a ação efetiva de atores e atrizes diretamente entrelaçados em uma situação-problema a característica essencial desse tipo de investigação (THIOLLENT, 2011, p. 21).

A pesquisa-ação foi realizada no mês de outubro de 2015, durante um debate com cerca de 30 alunas(os) de uma turma do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual localizada no bairro Bela Vista (antigo Bixiga), no centro de São Paulo-SP.

Os dados foram coletados ao longo de duas aulas contínuas de 50 minutos e contou com a exibição de dois pequenos vídeos sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O debate foi realizado na biblioteca da escola, ambiente mais atrativo do que a sala de aula e que dispõe de computador e projetor.

O primeiro vídeo utilizado foi o “MC Crash e Fezinho Pataty mostram como é o Passinho do Romano”, exibido no programa Altas Horas da Rede Globo. A ideia era criar um ambiente propício para a próxima etapa da pesquisa.

Em seguida, foi exibido o vídeo de um debate realizado em uma escola municipal do Rio Grande do Sul sobre diversos aspectos do *funk*, abordando também a questão de gênero. O objetivo era utilizar o material como inspiração para realizarem, elas(es) mesmos, seu próprio debate.

Durante esse vídeo, as(os) alunas(os) foram provocadas(os) a tentar responder a questões como: “o *funk* é machista?”; “promove a valorização ou a desvalorização da mulher?”; “por que, dentre outros estilos musicais, o *funk* é o mais criticado como ‘vulgar’?”; “o ritmo estimula a sexualização precoce?”.

Como esperado, observou-se que a turma ficou dividida em relação às opiniões. De um lado, os que discordavam que algumas letras do *funk* são machistas. As “minas” que aparecem dançando nos cliques e que frequentam os bailes estão lá porque querem e porque gostam, não porque são obrigadas. A atitude de aceitação, consciente ou não, da desigualdade de gênero no movimento *funk* não diminui a gravidade do fenômeno que, dada a sua construção histórica, resulta em todos os tipos de violência contra a mulher, que ocorre desde o campo do discurso até a violência física.

A pesquisa realizada por Oliveira (2008, p. 7) sobre as letras do *funk* carioca destaca que:

Sobre a construção da figura feminina nesses textos, foram identificadas quatro classificações, quatro formas de rotular as mulheres a partir da recorrência de nomeações referentes a elas, criando hierarquias de gênero nas músicas e na comunidade: (1) a fiel, que fica em casa, não participando dos bailes e dos encontros amorosos; (2) a feia, que é sempre ironizada por seus atributos físicos e retratada como inferior ao homem, ainda que seja sua esposa; (3) a gostosa, gatinha, que é bonita e satisfaz o homem, e a quem ele convida para os encontros amorosos; e (4) a mulher emancipada, que paga a companhia amorosa e escolhe seus parceiros, mas que assume abertamente a posição de objeto sexual masculino e é considerada pelos homens como promíscua. É importante ressaltar que essa identidade aparece com muito mais frequência nas músicas cantadas por MCs mulheres, mas não representa um perigo para a posição de poder masculina, ao contrário, reforça estereótipos culturais que dividem as mulheres entre as ‘casadas’ (‘fiéis’) e as ‘promíscuas’ (‘as putonas’).

Esse discurso denuncia a objetificação da mulher concebida como algo natural e reafirma a necessidade de uma intervenção pedagógica na escola no sentido de problematizar e desconstruir essas ideias.

De outro lado, os que achavam que o *funk* transforma o corpo feminino em objeto sexual – o que não acontece com o corpo masculino, que se aproveita da mulher – e que a própria mulher se desvaloriza ao aceitar e participar “desse tipo de coisa [bailes *funk*]”. As falas desse grupo frequentemente vinham acompanhadas de críticas a outros aspectos do ritmo, como a apologia ao crime e às drogas, “baixaria” e ostentação. Também houve críticas à mulher que “não se dá valor” ou “não se dá o respeito”. Esse aspecto da discussão revela que a crítica à objetificação da mulher no *funk* pode vir acompanhada de outra ordem de preconceitos. O uso do termo

“baixaria” transfere a discussão para o âmbito da moralidade, hierarquizada em níveis, classificando o *funk* como baixa cultura, própria a uma população “sem classe ou educação”.

Facina (2009, p. 1), em artigo sobre o *funk* e a criminalização da pobreza, crava sem meias palavras:

Grito da favela, voz do morro cantando a liberdade, som da massa, o funk é um dos ritmos mais malditos da cultura popular brasileira. Seus detratores afirmam que o funk não é música, que seus cantores são desafinados, suas letras e melodias são pobres e simples cópias mal feitas de canções pop ou mesmo de cantigas tradicionais populares. Há ainda os que demonizam o batidão, associando-o à criminalidade, à violência urbana ou à dissolução moral.

Esse olhar sobre o ritmo não é direcionado apenas pela elite, como é possível verificar nas falas de parte das(os) alunas(os) que não apreciam o *funk*.

A ideia de que “não se dá valor” aquela mulher que aprecia, consome e participa do *funk* atribui ao sujeito feminino uma condição de cidadão de segunda categoria, capaz até mesmo de justificar a sua condição de oprimida. É como se dissessem “olha lá, elas não se dão o respeito, por isso são tratadas assim pelos homens”. Esse discurso transfere para a mulher o ônus de ter sido transformada em objeto de satisfação masculina. Revela-se assim mais uma linha passível de intervenção pedagógica.

À medida que o debate prosseguia, cada um(a) dava a sua opinião. Quando todas(os) já haviam de alguma maneira externalizado suas impressões, as(os) alunas(os) foram convidadas(os) à seguinte reflexão: durante toda a História, as mulheres foram dominadas pelos homens, em vários sentidos – físico, emocional, sexual, econômico, político – e só a partir do século XX esse quadro começou a mudar, com o direito ao voto, o acesso ao mercado de trabalho, entre outras conquistas. Até que a desigualdade entre homens e mulheres seja superada, muitas barreiras ainda precisam ser removidas, como a objetificação do corpo feminino, o machismo, a misoginia e a violência contra a mulher.

Nesse momento da pesquisa-ação, uma aluna rememorou a campanha “Eu Não Mereço Ser Estuprada”, idealizada em 2014 pela jornalista Nana Queiroz e que mobilizou as redes sociais em um protesto *online* motivado pela divulgação de uma pesquisa do IPEA. De acordo com o estudo, 65% das(os) brasileiras(os) acreditam que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas (alguns dias depois o instituto corrigiu o número para 26%) (BRASIL, 2014). Houve então uma rápida discussão sobre se uma mulher, a depender do seu comportamento, tem culpa ou merece ser estuprada. Surgiram argumentos que revelavam um conformismo com a violência contra a mulher, como “se conhece os riscos, por que usa determinados tipos de roupa?”.

Sobre a naturalização da opressão a que as mulheres estão submetidas, uma aluna criticou o projeto de lei para a criação do “vagão rosa” no Metrô de São Paulo, a fim de evitar o assédio sexual (o projeto foi vetado pelo governador Geraldo Alckmin) (SÃO PAULO, 2013). Sobre esse ponto a grande maioria das(os) alunas(os) se posicionou de forma contrária.

Quando questionados sobre por que o *funk* é o estilo musical mais criticado, as(os) alunas(os) responderam que o ritmo é o que mais escancara o que a sociedade não quer ver; porque, mais do que os outros ritmos, é o que mostra

abertamente aquilo que choca; porque é um som que vem da periferia, da favela. A esse respeito, Dayrell (2002, p. 10), afirma que:

No Brasil, a difusão do funk e do hip hop remonta aos anos 1970, quando da proliferação dos chamados “bailes black” nas periferias dos grandes centros urbanos. Embalados pela black music americana, principalmente o soul e o funk, milhares de jovens encontraram nos bailes de finais de semana uma alternativa de lazer até então inexistente. Desenvolveram-se nos mesmos espaços, por jovens de uma mesma origem social: pobres e negros, na sua maioria.

Nesse sentido, a turma tem razão ao afirmar que os problemas do *funk* são o reflexo da sociedade brasileira, violenta, machista e desigual. Também são razoáveis os discursos que atribuem a preconceitos de ordem étnico-racial, social e territorial as críticas seletivas direcionadas ao *funk* e que não se verificam – ou ocorrem com menor intensidade – em outros estilos musicais que provocam discussões semelhantes. Afinal, o samba, o forró, o axé e o rock também apresentam problemas de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso analisar o fenômeno do *funk*, a relação das(os) jovens com o ritmo e os problemas de gênero que ele traz, dentro do contexto mais amplo da desigualdade histórica entre os gêneros.

Se esse tipo de opressão está culturalmente enraizado na sociedade brasileira e o *funk* é um fenômeno cultural, não é estranho que ele seja um reflexo do meio social. Ademais, a inferiorização da mulher também se verifica nos diversos produtos culturais, de telenovelas a livros, de filmes aos mais variados estilos musicais. Assim, o *funk* não pode ser condenado apenas por ser *funk*, sob o risco de incorrer em uma crítica seletiva muitas vezes inspirada em preconceitos de ordem étnico-racial, social e territorial, uma vez que o ritmo é produzido e consumido predominantemente nas periferias, por uma população predominantemente pobre e negra.

A escolha do *funk* veio como estratégia de aproximação da realidade de vida das(os) alunas(os) e para despertar o interesse pelo debate, e se mostrou eficaz. Houve ampla participação e todas(os) deram a sua opinião. Diversas questões foram levantadas e discutidas sob a perspectiva de gênero. Ficou estabelecida a necessidade de mais ações pedagógicas a fim de despertar ou sedimentar nas(os) estudantes o olhar crítico sobre construções sociais naturalizadas e contrárias à vocação humana para a vida em sociedade.

É certo que pequenas ações como esta só têm efetividade se desenvolvidas de forma constante. Culturalmente construídos, os fenômenos opressivos relacionados ao gênero somente poderão ser superados com ações contínuas de combate, desde o campo das políticas públicas até o ambiente familiar. A esperança desta ação de conscientização na escola reside em contribuir para, dia após dia, ir desconstruindo a cultura da opressão no sentido da equidade entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Trad. Sérgio Milliet. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BERNARDES, Jacira Gil; CARLOS, Paula Pinhal de; ACCORSSI, Aline. **Funk: engajamento juvenil ou objetivação feminina?** Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11347/Tese%20Jacira%20JG.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 27 de setembro de 2015.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Errata da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2015.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Observatório da Igualdade de Gênero. **Gênero é o maior motivo de discriminação nas escolas brasileiras**. Brasília, [2009?]. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/genero-e-o-maior-motivo-de-discriminacao-nas-escolas-brasileiras>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. Disponível em: <<http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/view/243/234>>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

DAYRELL, Juarez. **O rap e o funk na socialização da juventude**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v28n1/11660.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

FACINA, Adriana. **“Não me bate doutor”:** funk e criminalização da pobreza. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19190.pdf>>. Acesso em 21 de janeiro de 2016.

FERNANDES, Kelly. **Debate sobre funk**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zUQ-hmr33Uc>>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES EM GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 143-154.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Edinéia Aparecida Chaves de. **A identidade feminina no gênero textual música funk**. Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/08/identidade_feminina_funk.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2016.

REDE GLOBO. **MC Crash e Fezinho Pataty mostram como é o Passinho do Romano**. Disponível em: <<http://globoplay.globo.com/v/3441750/>>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179-183, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

SÃO PAULO. **Assembleia Legislativa**. Projeto de lei 175/2013. Dispõe sobre a obrigatoriedade em manter-se no mínimo um vagão em cada composição de trem ou metrô para uso exclusivo de mulheres, em todo o Estado. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1123031>>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.